

Proliferação das favelas em áreas protegidas leva a desastre ambiental

* Por Liana John

SÃO PAULO (AE) - Em nenhum outro lugar do Brasil, como nas favelas urbanas, a relação entre destruição ambiental e miséria é mais estreita. Por uma longa lista de motivos - que vão do empobrecimento geral do País e das constantes migrações internas à absoluta falta de consciência e visão de futuro - as famílias de baixa renda quase sempre se instalam irregularmente nas áreas definidas pela legislação como de proteção permanente. São encostas de morros com inclinações superiores a 30 graus, mananciais, várzes inundáveis de rios, estuários, mangues e remanescentes de florestas litorâneas (Mata Atlântica e caatingas).

Estas áreas foram definidas como de proteção permanente por leis federais, estaduais e municipais e não comportam construções de nenhum tipo. Tais leis não nasceram do acaso ou da vontade política de marginalizar a população de baixa renda. Elas existem porque as áreas de proteção permanente abrigam recursos e ecossistemas fundamentais para o abastecimento da própria população (mananciais e mangues) ou porque são áreas naturalmente perigosas, onde deslizamentos e inundações são a regra e não a exceção (encostas, várzeas, estuários e florestas litorâneas). Ocorre que, por serem patrimônio público, sem fiscais, sem recursos para manejo e sem limites físicos muito definidos, as áreas de proteção permanente são vistas pelos migrantes e sem-terras como áreas preferenciais para invasões e instalação de barracos. Afinal, estas áreas não têm dono, nem cercas, não têm ninguém que responda diretamente por elas e, em boa parte dos casos, ficam convenientemente próximas dos locais de trabalho, o que alivia o peso do transporte no parco orçamento familiar dos favelados.

Uma vez instalada a favela, dificilmente se remove a população. A desculpa mais comum nas prefeituras é a de que não há verbas para remanejamentos: os terrenos que as prefeituras podem oferecer para construção de casas populares geralmente são distantes dos centros de trabalho e não existem recursos para a urbanização mínima, ou seja, não são dotados de água, esgoto, luz elétrica,

nem serviços por linhas de ônibus. As favelas também não têm nada disso, mas as áreas de proteção oferecem recursos e vantagens aproveitados de forma caótica e irracional pelos favelados.

Em geral, as famílias tiram água diretamente dos rios e dos mangues e desenvolvem esgoto e lixo também direto para a natureza, muitas vezes prejudicando o abastecimento de todo o resto da população. Em Curitiba, por exemplo, cerca de 246 mil pessoas instaladas irregularmente na zona de mananciais contaminam a água para o abastecimento de 3 milhões de habitantes. No Recife, a prefeitura estima que cerca de 800 mil pessoas, ou 60% dos habitantes da cidade, vivem em 500 favelas de palafitas sobre os mangues ou alagados, de onde retiram água e alimento, apresentando alto índice de doenças infecciosas e parasitárias.

Fios clandestinos

Nas áreas de proteção centrais - como os morros do Rio de Janeiro e as marginais de rios em São Paulo - também fica mais fácil puxar eletricidade, através de fios clandestinos ligados à rede elétrica, o que coloca em risco a vida dos próprios favelados, com frequentes incêndios. Em alguns pontos, como na Bahia, as ligações clandestinas passam por baixo das linhas férreas, o que ocasionou um acidente com descarrilamento de trem, seguido de incêndio, que matou 99 pessoas no ano passado.

"Algumas vezes falta vontade política de interromper esse fluxo", critica a arquiteta Ragindra Kaor Singh, consultora do Programa de Saneamento Ambiental (Prosan), que o governo do Paraná está tentando estabelecer com financiamento do Banco Mundial. Nos períodos eleitorais a rede de água é estendida para qualquer lugar, sem nenhum critério, diz. Depois da água vêm as linhas de ônibus e a instalação de energia elétrica, mas nunca a rede de esgoto. Uma vez urbanizadas torna-se impossível transferir as favelas sem causar comições sociais.

"Nos anos eleitorais sempre se constata uma verdadeira explosão das favelas", confirma Luiz Antonio dos Santos, presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, Cndema, em Santos, São Paulo. Segundo ele, tanto os candidatos incentivam a população carente a invadir áreas de proteção. No

Rio de Janeiro, ganhar o voto dos favelados pode significar a diferença entre a vitória e a derrota nas eleições, como se comprovou no pleito que elegeu o governador Leonel Brizola. Por isso favelas formosas, como a Rocinha, começam a virar bairros. A prefeitura carioca já está criando legislações específicas para cada favela. A própria Rocinha terá um código especial de ordenamento do solo, formulado por técnicos da prefeitura em conjunto com associações de moradores. A idéia é não mexer com quem já ocupou e não deixar mais gente entrar, explica Márcia Coutinho, da diretoria de projetos do Instituto de Planejamento do Município (Iplan), do Rio. Enquanto o instituto discute idéias, brotam favelas da noite para o dia, como a Vila Verde, instalada numa floresta da estrada da Gávea, por ex-moradores da vizinha Rocinha, fugindo dos altos aluguéis.

"Ninguém vai morar no mangue ou na beira dos rios porque quer", argumenta Gênova Maria da Silva, que faz parte da Coordenação Nacional do Movimento de Defesa dos Favelados, no Recife, em Pernambuco. "Está na moda defender a ecologia, há um exagero na avaliação da questão ambiental, que atrasa os programas para urbanizar as ZEIS", completa. ZEIS são Zonas Especiais de Interesse Social, áreas onde há grande número de favelados e prioridade para urbanização. Hoje, existem 36 ZEIS no Recife, mas apenas 4 estão com projetos de urbanização em andamento.

Ao separar a proteção ambiental da proteção à qualidade de vida, Gênova da Silva não reflete apenas o pensamento da maioria dos favelados, mas também o de muitos políticos e administradores brasileiros, incapazes de juntar causa e consequência nos casos de invasão de áreas de proteção permanente. Para eles, a defesa de uma área de proteção é um luxo e não uma maneira de evitar riscos de desabamento, inundação e contaminação. Eles não conseguem ver que a solução improvisada da emergência de hoje (conseguir moradia rápida e barata), leva a emergência piores amanhã, (desabrigados e mortos). Isso, no Caso da ocupação de encostas e áreas inundáveis, onde o risco de vida é evidente. O que dizer, então, da ocupação de mananciais, mangues e florestas, onde as invasões de hoje estão associadas apenas à futura

contaminação das águas, à proliferação de doenças infecciosas, ao assoreamento das nascentes, à redução das áreas de reprodução de peixes e crustáceos (mangues)?

"Os pobres destroem 10% e os ricos 90% dos manguezais da Barra da Tijuca", argumenta Marilu Figueiredo, diretora jurídica da Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro, Faferj. A entidade está preparando um dossiê para levar à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco-92, mostrando que as famílias de baixa renda não são as únicas responsáveis pelos desmatamentos na cidade. O que é essencialmente verdade, haja visto o número de multas e embargos de condomínios de luxo sobre trechos de Mata Atlântica, matas de restinga e mangues, não só na Barra da Tijuca como em todo o litoral brasileiro. Mas dividir a culpa com os ricos não resolve a questão.

A condescendência com a pobreza, em prejuízo das áreas protegidas, levou a cidade do Rio de Janeiro a ter 240 pontos críticos de risco, todos situados em áreas de proteção permanente, conforme levantamento do Iplan-Rio. São áreas onde a população terá de ser removida de qualquer maneira. A mesma condescendência tem feito grande número de desabrigados, como os 25 mil favelados, vítimas das inundações no Recife, no ano passado, ou os 300 mortos e 22 mil desabrigados, vítimas de desabamentos nas favelas do Rio de Janeiro, em 1988, ou os 9 mortos e 900 desabrigados também no Rio, em 1989, ou ainda os 12 mortos e dezenas de desabrigados de Cubatão, em 1988.

Algumas prefeituras têm tentado implantar programas de convivência com a emergência, onde quer que a legislação se mostre insuficiente para prevenir a ocupação das áreas de proteção. Existe até mesmo um grupo de geólogos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, IPT, especializado no diagnóstico dessas áreas de risco e na assessoria técnica em obras de estabilização. É o Agrupamento de Geologia Aplicada ao Meio Ambiente, que desde 1983 vem trabalhando na prevenção de deslizamentos em encostas ocupadas por favelas, em diversos estados brasileiros.